

MUNDARÉU

MUNDARÉU - UM PODCAST DE ANTROPOLOGIA
Uma parceria entre o LABJOR/Unicamp e o DAN/UnB

Sexta temporada

Episódio #33: Mapas de Luta: Território, Memória e Resistência no Maranhão (MA)

Transcrição do episódio: Maxie Viana Pereira

Revisão da transcrição: Daniela Manica e Igor Pereira

Roteiro: Maxie Viana Pereira e Daniela Manica

Legenda

BLOCO

TRILHA SONORA

Vinheta de abertura: “Já foi”, de Janine Mathias.

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental. A voz feminina canta:

Pra que esperar se eu sou movimento?

Pra que questionar inventaram o tempo

É hora, agora, já foi

É hora, agora, já foi

Vem, vamos brincar de amanhecer, e o amanhã vai se estabelecer

É hora, agora, já foi

É hora, agora, já foi

ABERTURA

Maxie: Você já ouviu falar de Alcântara, no Maranhão? A cidade é conhecida por abrigar uma base de lançamento de foguetes, mas o que muita gente não sabe é que ela também é o município com maior proporção de quilombolas do Brasil. Quase 85% da população se reconhece como parte dessas comunidades tradicionais, que vivem ali há séculos. Só que, ao mesmo tempo em que resistem e

reinventam suas formas de vida, esses quilombolas também enfrentam um histórico de remoções forçadas, desigualdade social e negação de seus direitos - principalmente o direito ao território.

Igor: Essa história virou caso internacional. Em 2025, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por violar os direitos das comunidades quilombolas de Alcântara. A decisão exige que o Estado conclua a titulação coletiva do território tradicional até 2028. Oficialmente, a extensão desse território é de 78 mil hectares. Nos últimos anos, houve avanços, mas o caminho até a reparação completa ainda é longo.

Maxie: A gente esteve em São Luís no dia em que foi feito um acordo com a população de Alcântara e o presidente Lula, um primeiro passo para o reconhecimento formal do território. E a gente vai contar um pouco pra vocês sobre o conflito com a base de lançamento de foguete em Alcântara e a produção de mapas e cartografias para a resistência. Ah, eu sou a Maxie Viana, graduanda em Ciências Sociais na Unicamp e parte da equipe do Mundaréu!

Igor: E eu sou o Igor Pereira, também da equipe, e graduando em Ciências Sociais aqui no IFCH. A entrevista foi gravada em setembro de 2024, na sede do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís. A equipe do Mundaréu, que neste dia contava com a presença da Daniela Manica, da Maxie Viana e da Vanessa Souza, foi conhecer de perto esse trabalho que conecta universidade pública e comunidades originárias.

Maxie: A gente conversa com Patrícia Maria Portela Nunes, professora da Universidade Estadual do Maranhão e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. Também conversamos com Elieyd Menezes, antropóloga e pesquisadora do mesmo programa. Patrícia e Elieyd caminham junto às comunidades com as quais trabalham: quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco e ribeirinhos. Neste episódio, vamos falar sobre os impactos que os projetos de desenvolvimento tecnológico, como a base militar de Alcântara, provocam nas comunidades tradicionais que habitam esses territórios. E vamos falar também da potência que os mapeamentos e trabalhos com cartografia têm para as práticas de resistência. Vem com a gente.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É hora, agora, já foi

Eu quero cantar pra saudar o vento

Que é como o amar de cada momento

A paixão e a paz e eu já não me aguento

É querer demais que eu tenho aqui dentro

BLOCO 1 - TRAJETÓRIAS E ENCRUZILHADAS

Igor: O Maranhão é terra marcada por disputas, mas também por encontros. Em meio a conflitos territoriais, brotam experiências de pesquisa que se enraízam nas comunidades e caminham lado a lado com seus modos de vida. É nesse terreno fértil, entre a universidade pública, a pesquisa comprometida e a ação conjunta com as comunidades pesquisadas que se movem Patrícia e Elieyd.

Elieyd Sousa de Menezes: Eu me chamo Elieyd Sousa de Menezes, eu sou antropóloga, eu estou aqui na UEMA no programa de pós-graduação como bolsista de pós-doc, nos últimos dois anos, eu estava com0 pesquisadora professora visitante, na UEMA campus Caxias, que fica na região leste maranhense. Aqui de São Luiz fica há mais ou menos 6 horas de estrada, né? É... um município que, no Campus da UEMA Caxias, é um campus basicamente de licenciatura, então a gente lá atua com os alunos da licenciatura em Ciências Sociais, né? E nos últimos dois anos aqui no Maranhão, eu tenho trabalhado com agricultura familiar como forma de resistência de povos e comunidades tradicionais, principalmente comunidades quilombolas e de trabalhadores rurais, né? Agricultura como resistência a conflitos, principalmente o avanço do agronegócio em terras tradicionalmente ocupadas, né? Antes disso eu estava atuando no Amazonas, no âmbito da Universidade Estadual como pesquisadora do projeto Nova Cartografia. Aqui também, né? Atuo como pesquisadora do projeto Nova Cartografia, porque é uma rede de pesquisadoras que tem em muitos estados aqui do Brasil, né?

Maxie: Na luta pela terra, Elieyd vê a agricultura como prática política. Resistência concreta ao avanço do agronegócio sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Mas essa não foi sua primeira frente de trabalho.

Elieyd: E no Amazonas eu tenho trabalhado com povos indígenas, principalmente com os piaçabeiros que são povos de várias etnias: Baré, Tukano, Arapaçu, Desana, Pira-tapuya, Baniwa, né. E são povos que trabalham na extração da piaçaba, uma atividade que foi considerada pelo Ministério Público do

Trabalho em 2013 como trabalho escravo, né? E essas duas experiências de pesquisa, tanto os piaçabeiros no Amazonas, quanto os quilombolas e agricultores familiares aqui no Maranhão, nós temos tido recentes esforços de mapeamento social. O que tem se mapeado junto a esses povos? Não só as situações de conflito, mas situações de lugares sagrados, lugares de referência histórica e cultural para esses grupos...

Igor: Do Amazonas ao Maranhão, Elieyd aprendeu a cartografar não só territórios, mas também desigualdades, modos de vida e caminhos de resistência. Seu percurso pelo projeto Nova Cartografia a aproximou de outras pesquisadoras que também atuam com os pés no chão e o olhar atento às comunidades. Patrícia também chegou a esse campo com uma escuta sensível e um compromisso com a luta por território, memória e justiça...

Patrícia Maria Portela Nunes: Eu me chamo Patrícia. Sou professora aqui do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, onde nós estamos nesse momento, da Universidade Estadual do Maranhão. Esse programa, ele tem início em 2013, e ele foi uma iniciativa de pesquisadores que já estavam trabalhando com a cartografia social no âmbito do projeto Nova cartografia social da Amazônia. Desde 2004/2005 que esse trabalho começa né? Como a Elieyd estava relatando, esse trabalho tem como propósito, assim, fundamentalmente, pensar os territórios a partir da ótica desses desses diferentes agentes sociais com os quais a gente se relaciona. Então tem trabalho com quilombolas, trabalho com quebradeiras de coco babaçu, trabalho com indígenas né? Uma variedade muito grande de identidades é sociais e étnicas que vão sendo acionadas no âmbito da realização desse trabalho. Infelizmente a gente se defronta também com diferentes situações de conflito social, né? Aqui no Maranhão é muito grave, a Elieyd também tem uma experiência grande com comunidades que foram impactadas, que são impactadas, pela Estrada de Ferro Carajás, né? Então, no Maranhão hoje a gente tem situações ligadas à questão de plantio de eucalipto, da ampliação da soja-cultura.

Maxie: Juntas, elas fazem da universidade um espaço de escuta, articulação e engajamento. Pesquisa que não observa de longe, mas que caminha junto.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É hora, agora, já foi

É hora, agora, já foi

Vem, vamos brincar de amanhecer, e o amanhã vai se estabelecer

É hora, agora, já foi

É hora, agora, já foi

BLOCO 2 – ALCÂNTARA: O TERRITÓRIO EM DISPUTA

Igor: Alcântara é um município do Maranhão onde a luta pela terra atravessa gerações. Em 1980, mais da metade da área do município foi desapropriada para a instalação de uma base aeroespacial. O que deveria ser um projeto nacional de soberania tecnológica acabou se tornando um projeto excludente, voltado ao comércio internacional de lançamentos de foguetes. No território desapropriado, vivem hoje cerca de 150 comunidades quilombolas, muitas delas ameaçadas de expulsão.

Maxie: No dia em que gravamos essa entrevista, 19 de setembro de 2024, o presidente Lula esteve em Alcântara para assinar um acordo histórico com as comunidades quilombolas. Foram reconhecidos 78 mil hectares de território como pertencentes às comunidades. A base espacial foi oficialmente limitada a cerca de 9 mil hectares.

Igor: Foi um gesto simbólico e um avanço institucional, mas também um ponto de tensão. O acordo prevê um prazo para a titulação coletiva, via INCRA, até 2028. Mas até hoje, não ficou claro como isso será implementado e de que forma as próprias comunidades participarão do processo.

Maxie: Ou seja, o acordo ainda não garante segurança territorial efetiva. A titulação deve ser coletiva e baseada no uso tradicional, mas isso ainda não está definido nos termos. É a partir desse contexto de disputa territorial que teve início a pesquisa de doutorado da Patrícia.

Patrícia: A minha pesquisa de doutorado quando eu vim para cá para fazer parte desse grupo, ela esteve ligada às Comunidades Quilombolas de Alcântara. Hoje, inclusive, é um dia bastante importante, emblemático, porque o dia que está sendo esperada a presença do presidente, né? do Lula na sede de Alcântara, na Praça da Matriz, para resolver a questão da titulação. Eu iniciei essa pesquisa lá justamente no contexto que foi o contexto onde as Comunidades Quilombolas se colocam oficialmente perante o Estado brasileiro, como quilombolas, como comunidades remanescentes de

Quilombo, e pleiteiam a titulação, né? De acordo com o artigo 68 da ADCT. E eles fazem isso porque? Porque muito tempo antes, em 1980, o governo do estado desapropriou mais da metade da área do município. Quer dizer, inicialmente foram 52.000 hectares desapropriados, depois passa para 62.000 no governo do Collor de Mello. O presidente aumenta ainda a área, então ficou com uma área muito grande desapropriada. Dentro dessa área, hoje tem mais de 150 Comunidades Quilombolas. E a partir de 1999, eles então formalizam essa reivindicação de terem a sua terra titulada, esse território. Não de uma única comunidade, mas o território inteiro, titulado no âmbito desse direito, que é um direito constitucional. Então quando eu cheguei foi a época da organização do laudo pericial, que foi em 2002. O laudo pericial em Alcântara se deu até antes do Decreto 4887, que é de 2003, que é o decreto que regulamenta todo o processo, né? Então foi via Ministério Público. Esse laudo foi feito na ocasião e eu tive, digamos assim, comecei a conhecer as pessoas de uma territorialidade específica que fica no nordeste do município que se chama “terra da pobreza”. A terra da pobreza, porque nesse contexto de conflito de desapropriação de terras, e que eles vão perdendo os direitos, houve até em 86/87 o deslocamento compulsório de várias comunidades que estavam no litoral para o interior. Foi criada as chamadas agrovilas, que foi para abrir espaço para a implantação da base efetivamente. Eu só queria chamar a atenção que a base, ela ocupa atualmente uma pequena parte dessa área toda desapropriada.

Maxie: Patrícia nos explicou que a chamada “Terra da Pobreza” refere-se a uma área reduzida, que restou para as quilombolas depois da enorme desapropriação de terras para a instalação da Base. Antes, o território tradicionalmente ocupado chegava a aproximadamente 70 mil hectares. Mas a partir dos anos 1980, com a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, cerca de 62 mil hectares foram desapropriados, expulsando as comunidades das suas áreas de vida e produção.

Patrícia: Essa chamada “terra da pobreza”, ela é resultado de uma doação que foi feita pelo antigo proprietário de terras antes de 1850. No contexto da lei de terras, eles já estavam nessa localidade, os que hoje são descendentes desses que foram beneficiados com a doação: é a família Cereja, a família Ribeiro, é um conjunto de famílias que eles identificam hoje e que já estão colocados nesse lugar, desde desse período que antecede. Isso é muito forte em Alcântara.

Igor: Para as comunidades, o pertencimento à terra não é apenas jurídico, é afetivo, histórico, espiritual. São muitas as formas de nomear e reivindicar esse vínculo. Seu Domingos, uma das lideranças da comunidade, registrou essa memória em um livro. Foi ele quem disse a frase que virou símbolo da luta quilombola em Alcântara: “plantamos com dentes para colher com a gengiva”.

Patrícia: O acesso à liberdade, a terra livre das grandes plantações, ela se deu muito antes da própria abolição da escravidão no Brasil, então o controle sobre essas terras é muito antigo. Eles falam que é ligada a tempos imemoriais, que é como a própria documentação com as quais eles dialogam se referem a eles, e eles tem lugar assim para inúmeras designações relacionadas a esse contexto de acesso à Terra. Então tem a terra da pobreza, tem a Terra de Santo, tem a terra de Santíssimo, tem a terra de caboclo. E essa terra da pobreza é uma categoria que ela é designativa dessa expectativa é que eles têm mesmo sobre o direito dele sobre as terras. Tanto é que o senhor Domingos, que é autor aqui de um dos livros da coleção que nós temos, chama: “A História do Padrinho Domingos: o Doutor de Ossos de Canelatiua”, que era digamos assim uma pessoa que tinha toda essa memória das gerações anteriores e do contexto mesmo de acesso à Terra. Ele começava falando que eles plantaram com os dentes para colher com as gengivas, que essas terras pertencem a eles e que não tem como tomar essas terras deles. Com a terra, eles têm uma relação de pertencimento e de propriedade mesmo, porque eles foram beneficiados por essa doação cartorial que foi feita no período colonial, né? Então eles se reportavam a esse direito quando a base, os militares, chegam com essa determinação da desapropriação, né.

Maxie: O projeto da base militar mudou com o tempo. Se antes se falava em desenvolvimento nacional, hoje se fala em parcerias comerciais, plataformas alugadas e acordos com potências estrangeiras.

Patrícia: O projeto também foi mudando muito, então hoje a gente tem uma plataforma de lançamento, teve um período em que eles queriam construir 10 plataformas de lançamentos, chegando até passando de Canelatiua para, com fins já comerciais. Porque inicialmente o projeto era com a finalidade de desenvolvimento desse conhecimento aeroespacial no Brasil também. Mas isso foi se perdendo e foi dando lugar a essa questão mesmo da comercialização do espaço para emissão dos foguetes. Porque Alcântara está localizada no lugar que é considerado um lugar bastante rentável do ponto de vista dessa economia, que a gente não entende muito bem, mas que a gente sabe que há um interesse especial por conta da localização, né?.

Igor: A localização de Alcântara, próxima à linha do Equador, torna o lançamento de foguetes mais barato e atrativo para países estrangeiros. Essa vantagem geográfica foi usada, desde o início, como justificativa para o projeto da base. Mas a promessa de autonomia tecnológica e desenvolvimento científico para o Brasil nunca se concretizou. O que existe hoje é uma base que atende, sobretudo,

aos interesses dos Estados Unidos e que, em vez de impulsionar a tecnologia nacional, impõe limitações, restringindo inclusive o acesso de cientistas brasileiros às tecnologias utilizadas. Um projeto que, na prática, boicota a própria soberania científica do país.

Patrícia: Um acordo de salvaguardas tecnológicas, quando o Brasil firma um acordo com os Estados Unidos, ele firma tendo como referência essa salvaguarda tecnológica, ou seja, os brasileiros não teriam acesso à tecnologia deles. Então, isso era, sempre foi, assim, uma questão. Durante muito tempo, vários governos tentaram firmar esse acordo e isso não acontecia. Aconteceu agora no governo do Bolsonaro, né? Que esse acordo foi firmado. Mas sempre parava, emperrava, aí nessa questão da negativa deles em querer manter um tipo de relação científica, né? com os cientistas brasileiros né.

Maxie: Enquanto isso, o processo de titulação das terras continua travado. As comunidades já possuem a certidão da Fundação Cultural Palmares e o RTID aprovado pelo INCRA, mas o título coletivo, mesmo, ainda não chegou.

Igor: A Elieyd explicou pra gente que o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) é o documento que reconhece oficialmente o território como pertencente a uma comunidade quilombola, e fundamenta a titulação coletiva da terra por parte do Estado. Depois da aprovação do RTID, o INCRA pode emitir o título de propriedade, preferencialmente em nome da associação comunitária. Um processo parecido com o que contamos lá no episódio 31. Se você ainda não escutou, pode voltar lá...

Patrícia: Mas o título nunca vinha exatamente por conta dessa questão de uma coalizão aí de interesses, né? Porque aí o governo federal também o tempo inteiro interessado na ampliação da base e tudo. Outra coisa que o seu Leonardo sempre pontua, sempre que ele participa de audiências públicas e reuniões em Brasília, em ministérios e tudo, é o questionamento do porquê 62.000 hectares, se a base está há 40 anos ocupando esse espaço, e que muito pouco se fez?

Elieyd: Eu acho também, Patrícia, nesse ponto que o Estado vem atuando também com estratégias para desarticular o próprio movimento social que vem se estruturando aí, né? Se organizando. Nesse caso, por exemplo, que a Patrícia tá falando que teve comunidades que foram deslocadas compulsoriamente, foram para as agrovilas, por exemplo. O Estado, ele prometeu o título da Terra, só que individual. E a gente tá falando de povos e comidas tradicionais que historicamente têm vivido

numa territorialidade coletiva, né? no território coletivo, no uso coletivo do território. E essa promessa da titulação individual por família e tudo mais, que há 40 anos ela se deu, por exemplo. Hoje essas comunidades... se antes tinham 30 famílias, agora já tem 80. Só que eles não podem construir e eles não podem ampliar a área de roça. Então, quer dizer, como é que vivem 80 famílias num espaço para 30? E com essa promessa da titulação individual que vai conflitar com os interesses do coletivo que querem titulação coletiva. Então o Estado nesse caso também tem atuado com essa estratégia de colocar uns contra os outros. E isso enfraquece o movimento, enfraquece qualquer luta, né? Isso a gente tem visto atualmente...

Igor: Esse tipo de intervenção desconsidera os modos de vida tradicionais e transforma o cotidiano em um contexto precário de sobrevivência

Patrícia: Em diferentes situações que a gente acompanha essa questão dos conflitos internos, eles vão sendo intensificados de acordo com a atuação, com a forma de intervenção do Estado junto a essas comunidades. Esse caso que Elieyd mencionou, das agrovilas, foi muito assim. Parece que, pela lógica dos planejadores, é uma coisa muito simples. Você tira de um lugar e coloca em outro lugar, né? Agora para quem vive, pra quem faz o uso coletivo, que entende dessa relação com os recursos naturais, isso é um verdadeiro genocídio. Porque eu me lembro muito, Dona Leandra, que é uma liderança lá de Alcântara, que foi deslocada, dizendo que eles estavam comendo peixe de bucho inchado, por exemplo. Porque eles moravam na praia e o acesso aos peixes era direto, o consumo era um consumo diário. Eles passaram um tempo em Alcântara que não existia nem energia elétrica. Mas eles não tinham um problema com isso, eles passaram a ter problema mais quando eles foram para a luz elétrica, mas que eles ficaram distantes do pescado e que eles levavam dois, três dias para ter acesso ao peixe. Então, a divisão dos recursos naturais foi intensificada com esse deslocamento, eles começaram a ficar dependendo do peixe do Rio São João. E aí estão tendo que dividir os recursos...

Maxie: Em Alcântara, a luta quilombola é também uma luta contra o silêncio. Um projeto que se dizia nacional, de desenvolvimento científico e tecnológico, e que apagou histórias, deslocou famílias e atrasou o reconhecimento de direitos básicos. Ainda assim, as comunidades resistem com memória, com mapa, com palavra.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É querer demais que eu tenho aqui dentro

E eu tenho

Pra quê?

Pra que esperar se eu sou movimento?

Pra que questionar inventaram o tempo

É hora, é hora, agora já foi, laialaia, já foi

Vamos brincar, já foi

Laialaia, já foi.

BLOCO 3 – MAPAS COMO PRÁTICA POLÍTICA

Igor: A cartografia social parte de uma ideia simples e poderosa: que as pessoas são as maiores especialistas sobre o lugar onde vivem. É com elas que se constroem os mapas. Não são mapas para navegação técnica, mas para reivindicação de direitos, afirmação da memória e fortalecimento das lutas.

Maxie: Elieyd conta que, no início do seu trabalho com cartografia social, os mapas criados ainda usavam ícones e convenções cartográficas do ArcGIS, um software técnico. Mas logo isso mudou. As comunidades começaram a desenhar o território dos seus jeitos. Com roças, peixes, casas, árvores, lembranças. Caminhos que não estão nos satélites, mas que dizem muito sobre o que é viver naquele território.

Elieyd: E aí a gente foi vendo que os desenhos que eles produziam nos croquis, os croquis é o desenho deles é a representação que eles fazem do seu território. A gente via que os desenhos deles eram muito mais interessantes do que aquelas legendas padronizadas do ArcGis, né? Então a gente começou a, ah, e se a gente usar essa essa casinha? E se a gente usa esse desenho de roça? E aí a gente foi começando a usar esses ícones. É claro, demanda um trabalho muito grande porque você tem que fazer uma limpeza da imagem, você tem que tratar a imagem, você tem que migrar para o software e quando você faz isso você deixa ele muito mais pesado, né? E nem todas as... não é qualquer software que faz isso. Então tem que ser uma versão atualizada, né?

Daniela: Uma máquina boa, né?

Elieyd: Exatamente! Porque ele fica muito pesado e demorado também, né? E todos esses ícones são todos assim georreferenciados. Então a gente vai, tem curso de GPS. Quando a gente vai fazer oficinas de mapas, a gente leva o GPS, ensina eles a usarem, deixa esse GPS com eles. Eles no tempo deles vão mapeando o que eles consideram importante, né? E tem mapa que a gente demora mais de um ano para fazer, porque eles precisam desse tempo. É o tempo deles, né? Então, eles precisam desse tempo para andar no território. Às vezes o território é grande, então até eles tomarem os pontos, eles anotam numas listas. Quando eles devolvem o GPS com as listas, né, aí que a gente vai compilar no laboratório, a gente vê essa possibilidade do uso dos desenhos. E então, logo no início, quando a gente mostrava esses mapas com os desenhos, tinha um choque na academia de não reconhecer aquilo como um mapa...

Igor: O mapeamento é feito de forma coletiva, em oficinas que reúnem moradores de diferentes gerações. Cada um contribui com uma lembrança, uma referência, uma marca no espaço. Um arquivo coletivo do território. As crianças desenhavam, os mais velhos lembram, os jovens ajudam a registrar. O mapa vira, então, uma espécie de arquivo da comunidade. Um documento vivo, feito com afeto e luta e com formas de representação coletivas sobre o território, num verdadeiro exercício de ciência cidadã.

Patrícia: Em algumas comunidades têm, inclusive, pequenos mini laboratórios. Eles têm o computador, eles têm o software, eles têm também como produzir localmente. A gente também tem, quando a gente consegue, né, Elieyd? Porque tem também essa questão dos recursos, tudo através do projeto de pesquisa, né?

Maxie: Mas isso não significa que os mapas abandonam a técnica. Pelo contrário: usam GPS, têm escala, têm legenda. Só que as referências vêm da experiência, não de um manual. É a comunidade quem decide se o rio vai ser preto, azul ou verde. Porque é assim que ela o vê.

Patrícia: E aí é uma coisa curiosa, porque ao mesmo tempo é uma precisão, assim... é realmente do ponto de vista da cartografia. É GPS. São os pontos georreferenciados.

Elieyd: E tirados por quem melhor conhece o território. Acho que essa é a grande... E tem uma experiência bem interessante... a gente trabalhou no Amazonas que, por exemplo, Rio Negro é a cor é preta, né? O rio é preto, assim. E aí a gente tava fazendo um croqui para um desses mapeamentos. E aí as crianças têm um papel muito importante nas oficinas, que elas adoram desenhar. Então

geralmente elas participam das oficinas de mapas, das oficinas de mapeamento social ou de cartografia social, desenhando, fazendo os ícones, né? E aí elas foram desenhar o Rio Negro e elas pintaram o rio de preto porque na representação que ela faz do rio onde ela mora, né? E aí foi na hora de passar pro mapa para passar pro programa, um geógrafo, aleatório, não era do nosso programa, mas que olhou e falou assim: “Não, mas isso aqui não tá na convenção. Onde já se viu o Rio Preto? O Rio tem que ser azul!” Aí a gente: “Não, mas é que lá o Rio Negro, é assim que eles representam. Eles vêm no desenho, para eles, é preto o rio, porque a realidade deles é essa”. Então para a gente o que é mais importante: a representação social que esses grupos fazem de si e do seus territórios ou uma convenção? A gente então acaba priorizando, porque, afinal de contas, esse mapa é deles. Então eles vão obedecer, sim, a convenção, mas não é essa convenção de ter o ícone, de ter a legenda, de ter a cor que a convenção... né? Então, essa especificidade que dá uma identidade a um mapa, né? ela vai variar. Mas eles vão sempre ter. Eles vão ser sempre georreferenciados. Eles têm as legendas, eles têm as escalas, eles têm né? Tudo que um mapa oficial aí precisa ter, só que ele tem uma coisa a mais, que é essa relação com a identidade das pessoas que fizeram o mapa, né? Porque a gente fala que não é a gente que faz um mapa, porque a gente não conhece bem esses territórios, né? São esses povos que estão construindo os seus próprios mapas, né? Então a gente acaba facilitando a materialização disso. O nosso trabalho é mais isso.

Patrícia: E aí assim a nossa atividade de pesquisa também. A gente vai descobrindo muita coisa. Por exemplo, nessa região aqui, eu tô vendo aqui que a gente tentou identificar os lugares onde mas e é sempre circunscrito, o mapa é situacional, ele é do momento da pesquisa, você pode daqui há, sei lá, 10 anos voltar, e esse mapa, a representação do mapa, isso daí tudo ter mudado, né? E também as atividades de pesquisa vão mostrando, por exemplo. Eles vão falando de antigos engenhos, a gente vai tentando fazer o esforço de ir lá com o GPS para poder marcar os antigos engenhos. Aqui tinha referência porque esse município aqui, no passado colonial, é foi um aldeamento, lugar de um aldeamento indígena dos Tremembé. Então a gente foi vendo os Tremembé em vários lugares também. Então a gente vai lá e discute com eles, né da importância de aparecer aí...

Igor: O mapa é sempre fruto de uma relação. Patrícia explica que ele é situacional. Ele captura o momento de uma comunidade, mas pode mudar com o tempo. Pode registrar antigos engenhos, rastros de aldeamentos indígenas, conflitos com a mineração ou com a energia eólica.

Patrícia: A gente foi por conta da eólica. Quando a gente chega lá, a gente descobre que essa região aqui do mar, ela tá sendo alvo de exploração de calcário marinho. Então já é um outro conflito. A

gente... você vai achando que é uma coisa, você chegando no lugar, você vai...

Elieyd: Uma coisa vai levando a outra, né?

Maxie: Em alguns casos, o mapeamento nasce da própria pesquisa de mestrado de quem pertence àquela comunidade. Esse foi o caso da estudante indígena Rosa Eliana Torres, da etnia Tremembé, que recuperou a história de deslocamento de sua família do Ceará até o Maranhão.

Patrícia: Os Tremembé, eles são da Raposa. Os daqui são da Raposa, mas o trabalho dela tentou descrever toda a história do deslocamento deles do Ceará, já por questões de conflito por questões de seca também, pra cá, para São Luís. Aqui tem um município na Ilha de São Luís, que se chama Raposa, que é onde eles se colocaram. Na época quando eles chegaram era um bairro da cidade de São Luís, depois eles passaram a ser um município. E aí eles foram perdendo... eles foram perdendo as suas áreas de plantio de tudo, então o trabalho dela contempla o próprio deslocamento. Como se deu o deslocamento da família? Há quanto tempo eles estão aqui? Porque eles não eram reconhecidos como indígenas na Raposa. Raposa era conhecida como um bairro de pescadores cearenses durante muito tempo, então esse processo deles, de afirmação dessa identidade: Sim, eles são pescadores, mas eles são Tremembé. E aí vem toda essa discussão. E o trabalho tenta contemplar isso, né? Então é interessante também, porque em outras situações, a gente já teve uma situação... algumas vezes, acontece do aluno, ele ser originário de uma determinada comunidade, de um determinado território, mas ele próprio não conhecer muito bem a história desse território. Então é a própria dissertação que faz com que ele comece a interagir com os mais velhos e ter acesso a essa trajetória, essa história. A Regiane foi muito isso. Regiane Pinto. Uma aluna nossa que era da região da Baixada, porque ela já era enfermeira e morava em São Luís. Então quando ela começa a fazer, foi a indicação do professor Luizão, ela tinha um trabalho com o professor Luizão, que é um professor, ele faleceu recentemente, médico, mas ele foi um dos fundadores do CCN que é o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Então ela conheceu o professor Luizão, através dele teve o conhecimento do mestrado, se inscreveu, passou. Aí foi fazer o trabalho sobre Brasília, que era a comunidade dela. E o que acontece? Ela vai então recuperar toda essa memória que ela não tinha. Inclusive já tinha pleito como quilombola, ela não sabia! Então aí toda relação dela também, de conhecimento, de aproximação sobre a história dos antepassados dela, dos pais, dos avós, e da luta **que estava já em curso, que ela também não sabia. Já existia uma luta e um pleito por esse reconhecimento, né?**

FECHAMENTO

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É hora, agora, já foi

Eu quero cantar pra saudar o vento

Que é como o amar de cada momento

A paixão e a paz e eu já não me aguento

É querer demais que eu tenho aqui dentro

E eu tenho

Pra quê?

Maxie: Escutar Patrícia e Elieyd é também escutar as comunidades com as quais elas trabalham. Quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, agricultores, pescadores. Pessoas que transformam território em luta, e luta em conhecimento.

Igor: Elas nos mostraram que mapear pode ser um gesto técnico, sim. Mas também pode ser uma forma de se lembrar, de se organizar, de se proteger. Cada linha desenhada dos mapas guarda uma história, uma memória que o Estado muitas vezes tenta apagar.

Maxie: Nesse episódio, aprendemos que fazer pesquisa junto não é só uma escolha metodológica. É uma escolha ética, política, afetiva. É reconhecer o saber que nasce da terra, do corpo, do tempo vivido. E que o território e seus mapeamentos são processos políticos importantes na definição do mundo e da memória das comunidades.

Igor: Agradecemos profundamente a Patrícia e Elieyd pela escuta, pelo cuidado, e por compartilharem com a gente esse trabalho tão potente. E agradecemos também às comunidades que constroem com elas esses mapas de luta.

Maxie: Esse foi o episódio “Mapas de Luta: Território, Memória e Resistência no Maranhão”. Agradecemos muito pela sua audição. Mais informações sobre as participantes do episódio você encontra na nossa página: mundareu.labor.unicamp.br. A gente agradece a equipe do Mundaréu na

produção desse episódio, em especial Daniela, eu Maxie e Vanessa pela gravação. Gabriel Marçal fez a edição de áudio, Clarissa Reche a revisão do roteiro que eu, Maxie, escrevi com Daniela Manica. Fernanda Mariath fez a divulgação nas redes sociais. E a produção da página eu fiz junto com Igor Pereira, assim como a narração.

Igor: A música dessa temporada é “Já foi”, da cantora Janine Mathias. Agradecemos o apoio da FAPESP, da Unicamp, e do CNPq. Este foi o terceiro episódio da sexta temporada do Mundaréu. Voltamos no mês que vem com mais uma história de luta e resistência das pesquisadoras e ativistas brasileiras. Até lá.

[Trilha sonora]

Samba com violão de sete cordas, cavaco e guitarra, surdo, triângulo e ganzá. Tocada leve e envolvente se introduz pela melodia instrumental.

É hora, é hora, agora já foi, laialaia, já foi

Vamos brincar, já foi

Laialaia, já foi. Vamos brincar

Já foi